



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

## COLÉGIO DE DIRIGENTES

### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 09/2021

1 Aos quinze dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um, com início às nove horas vinte e três  
2 minutos foi realizada a **Nona Reunião Ordinária do Colégio de Dirigentes (CD)** do Instituto Federal  
3 de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). A reunião foi realizada via  
4 webconferência. A sessão foi presidida e convocada pelo professor Júlio Xandro Heck, Reitor do  
5 IFRS; e secretariada pela servidora Cíntia Tavares Pires da Silva. **Estiveram presentes os seguintes**  
6 **membros do Colégio de Dirigentes:** Júlio Xandro Heck, Reitor do IFRS; Tatiana Weber, Pró-reitora  
7 de Administração; Amilton de Moura Figueiredo, Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional;  
8 Larissa Brandelli Bucco, Pró-reitora adjunto de Ensino; Eduardo Giroto, Pró-reitor de Pós-  
9 graduação, Pesquisa e Inovação; Marlova Benedetti, Pró-reitora de Extensão; Marc Emerim,  
10 Diretor de Gestão de Pessoas; Fábio Azambuja Marçal, Diretor-geral do *Campus Alvorada*; Rodrigo  
11 Otávio Câmara Monteiro, Diretor-geral do *Campus Bento Gonçalves*; Patrícia Nogueira Hübler,  
12 Diretora-geral do *Campus Canoas*; Jeferson Luiz Fachinetto, Diretor-geral do *Campus Caxias do Sul*;  
13 Eduardo Angonesi Predebon, Diretor-geral do *Campus Erechim*; Leandro Lumbieri, Diretor-geral do  
14 *Campus Farroupilha*; Marcelo Lima Calixto, Diretor-geral do *Campus Feliz*; Sandra Rejane Zorzo  
15 Peringer, Diretora-geral do *Campus Ibirubá*; Flávia Santos Twardowski Pinto, Diretora-geral  
16 *Campus Osório*, Karin Tallini, Representante da Diretor-geral do *Campus Porto Alegre*; Rudinei  
17 Müller, Diretor-geral do *Campus Restinga*; Alexandre Jesus da Silva Machado, Diretor-geral do  
18 *Campus Rio Grande*; Cláudia Dias Zettermann, Diretora-geral do *Campus Rolante*; Odair José  
19 Spenthof, Diretor-geral do *Campus Sertão*; Gilberto Luiz Putti, Diretor-geral do *Campus Vacaria*;  
20 Daniel de Carli, Diretor-geral do *Campus Avançado de Veranópolis*; e Alexander Ferreira,  
21 Representante do Diretor-geral do *Campus Viamão*. **Participaram também da reunião como**  
22 **convidados** o servidor médico Andrew Chaves Feitosa da Silva e a servidora técnica de segurança  
23 do trabalho Melina Bolfe, ambos da Seção de Atenção à Saúde do Servidor e integrantes do Comitê  
24 Central de Enfrentamento da Covid-19. A reunião foi convocada com a seguinte **pauta: 1. Informes**

25 **do Conif; 2. Editais de fomento interno do ensino, pesquisa e extensão em 2022; 3. Avaliação de**  
26 **cenário da Pandemia Covid-19; e 4. Informes das Pró-reitorias e DGP.** Iniciada a reunião, o reitor  
27 Júlio Xandro Heck, agradeceu a presença de todos, saudou os colegas professores pela data, e  
28 celebrou o Dia do Professor comemorado neste dia. Registrou a sua solidariedade com os colegas  
29 de profissão que não têm as mesmas boas condições de trabalho que a Rede Federal proporciona  
30 aos docentes, apesar das dificuldades específicas, e registrou também o desejo de que o Brasil  
31 inteiro tenha no futuro as mesmas condições de trabalho na Educação. Saudou também os  
32 representantes dos diretores-gerais presentes na reunião. **1. Informes do Conif.** Nos informes do  
33 Conif (Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e  
34 Tecnológica), o reitor informou que a reunião havia ocorrido na semana passada e por motivo de  
35 férias a reitora substituta, Tatiana Weber, participou em seu lugar. Ele convidou a professora  
36 Tatiana para expor os informes do Conif. A reitora substituta Tatiana Weber iniciou a sua fala  
37 dizendo que a reunião se deteve basicamente no assunto do Reordenamento. Informou que  
38 participaram os servidores Kedson e Marina, que são da Coordenação de Legislação e Normas do  
39 Ministério da Educação (MEC), e disse, que eles levaram o Projeto de Lei (PL) para dirimir as  
40 dúvidas sobre o tema. Relatou que a preocupação maior era de como levar a questão para o MEC  
41 tendo em vista que nove dos dez institutos rejeitaram a proposta do reordenamento. Apenas o  
42 Instituto Federal de São Paulo foi favorável internamente a proposta, e houve a inclusão do  
43 Instituto Benjamin Constant (IBC) na Rede Federal. Desse modo, anunciou que o PL irá trazer o  
44 reordenamento do IF São Paulo de um para três institutos, a inclusão do IBC, e o compromisso da  
45 SETEC de que a vontade dos que não aprovaram a proposta será respeitada. Informou que a  
46 REDETEC 2021 será realizada no IFBrasília em modelo híbrido, com pequena participação  
47 presencial, e que o tema será “Reaprender, Reconectar e Reintegrar: o papel da Educação  
48 Profissional e Tecnológica no Novo Mundo”, e que acontecerá na primeira semana de dezembro.  
49 Sobre a Comissão Paritária, criada pelo MEC para discussão sobre a Matriz Conif de acordo com o  
50 decreto que rege a questão, informou que o prazo de análise da comissão está esgotando, mas que  
51 será prorrogado. Assim, pela importância do assunto, os três reitores representantes na comissão  
52 querem levar a discussão ao pleno do Conif, e as reuniões ocorrerão nos próximos dias vinte e seis  
53 e vinte e sete de outubro, ocasião em que serão dados os encaminhamentos. Ao final dos relatos  
54 da professora Tatiana, o reitor Júlio apenas fez a observação de que o PL irá para aprovação  
55 conforme as discussões no Conif e o compromisso do Ministério da Educação, mas que poderiam

56 haver alterações quando da aprovação na Câmara dos Deputados. E sobre a REDETEC 2021, o  
57 reitor ressaltou a importância da participação de todos no evento, e o desejo de que ele possa  
58 ocorrer presencialmente no próximo ano, previsto para ocorrer em Belém do Pará. **2. Editais de**  
59 **fomento interno do ensino, pesquisa, extensão e inovação em 2022.** Iniciado o item dois da pauta  
60 do dia, o reitor informou que a proposta seria apresentada pelo pró-reitor, Eduardo Giroto, e  
61 enfatizou os três objetivos propostos, a saber: unificar, padronizar e otimizar/maximizar o trabalho  
62 que ocorre nos *campi*. Ressaltou que não haveria na proposta nenhum tipo de alteração  
63 orçamentária, preservando todos os percentuais dos *campi*. Esclareceu que esta seria uma pauta  
64 deliberativa e que por isso pedia a atenção de todos na apresentação do pró-reitor de Pós-  
65 graduação, Pesquisa e Inovação. O pró-reitor Eduardo Giroto saudou a todos e ressaltou que não  
66 havia impacto orçamentário na proposta que seria apresentada, mas apenas uma  
67 operacionalização diferente, e além disso, estava baseada em problemas e gargalos encontrados  
68 nos últimos anos nas nossas unidades. Assim, ele iniciou a apresentação da “Proposta para  
69 operacionalização do Fomento Interno do Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação em 2022”.  
70 Primeiramente o pró-reitor Giroto elencou os princípios da proposta, a saber: garantir que  
71 teremos projetos executados com fomento interno em todos os *campi* do IFRS; unificação de  
72 editais de Fomento Interno para ranqueamento de propostas e distribuição de bolsas e  
73 custeio/capital (AIPCTI e PAIEX); manter a gestão do fomento interno nos *campi* de forma que o  
74 número de bolsas/orçamento, que cada *campus* receberá, será proporcional ao aporte de  
75 orçamento do *campus* no Edital; e permitir que os *campi* definam projetos prioritários para o  
76 fomento como, por exemplo, projetos indissociáveis e habitats de inovação e empreendedorismo.  
77 Na sequência, o pró-reitor Giroto disse que estava representando os colegas pró-reitores, mas  
78 que esta proposta era em nome do ensino, pesquisa e extensão, e apresentou as “Possibilidades  
79 de fonte de orçamento para aplicar no Edital”: recursos para projetos de Habitats de Inovação e  
80 Empreendedorismo, R\$ 80.000,00 para bolsas e R\$ 70.000,00 para AIPCTI; recursos para Projetos  
81 Indissociáveis, R\$ 85.000,00 para bolsas e R\$ 70.000,00 para AIPCTI; recursos para a Criação de  
82 Centros de Referência em Inovação, R\$ 62.152,00 para bolsas e R\$ 25.600,00 para AIPCTI;  
83 simulação considerando o orçamento de 2022 e as resoluções do fomento interno (1,5 % da matriz  
84 de cada campus para bolsas), possibilidade 1 - R\$ 605.694,00 (1,50 %), possibilidade 2 - R\$  
85 403.796,00 (1,00%), e possibilidade 3 - R\$ 302.847,00 (0,75 %). Ressaltou que o processo busca a  
86 unificação e redução dos processos com a otimização de se realizar um único edital para o mesmo

87 fomento para todos. O pró-reitor Giroto apresentou planilha com a simulação da proposta com o  
88 Orçamento 2022 por *campi* para que os dirigentes pudessem entender o funcionamento prático. E  
89 a seguir, apresentou a “Proposta de Encaminhamento”, a saber: edital “único” de ranqueamento  
90 de propostas do fomento interno e dos demais fomentos para programas e projetos de Ensino,  
91 Pesquisa, Extensão, Indissociáveis e Inovação; distribuição de 1% do orçamento, do previsto para  
92 bolsas, no Edital, **com reserva de orçamento por *campus***; e gestão dos *campi* para distribuição do  
93 restante do orçamento de bolsas e custeio/capital, utilizando o ranqueamento geral de propostas,  
94 com as prioridades definidas pelo *campus*. Em seguida, apresentou os “Benefícios da Proposta” e  
95 exemplificou: redução do número de Editais, e como exemplo de operacionalização dos Editais  
96 Pesquisa e Inovação Ano de 2021 - Edital do Fomento Interno; Edital Complementar do Campus do  
97 Fomento Interno; Edital dos Habitats de Inovação e Empreendedorismo; Edital Criação de Centro  
98 de Referência e, Inovação (previsão 2022); Ano 2022 – Edital de Ranqueamento dos Projetos de  
99 Pesquisa e Inovação; padronização dos procedimentos de avaliação (e ranqueamento) dos  
100 programas e projetos Ensino, Pesquisa, Extensão, Indissociáveis e Inovação; cronogramas  
101 unificados para fomento na instituição; redução do trabalho nos *campi* e unificação de  
102 procedimentos administrativos; aplicação de mais de R\$ 700.000,00 de orçamento específico da  
103 Pesquisa, Inovação e Extensão nos Editais de Ranqueamento de propostas; adoção dos módulos  
104 Pesquisa e Extensão do SIGAA; a proposta continua permitindo espaço para a gestão dos *campi* do  
105 fomento interno com priorização das ações consideradas prioritárias pelo *campus*; e o **número de**  
106 **bolsas/orçamento, que cada *campus* receberá será proporcional ao aporte de orçamento do**  
107 ***campus* no Edital.** Ao final, o pró-reitor Giroto informou que a proposta estava sendo primeiro  
108 apresentada no Colégio de Dirigentes e após, seria apresentada aos Comitês de Pesquisa (Coppi),  
109 Ensino (Coen) e Extensão (Coex). E também, ressaltou a utilização do modo SIGAA que possibilitará  
110 maior celeridade e integração desses processos na instituição. O reitor ressaltou que após  
111 apresentação no CD e aprovação, a proposta seria encaminhada para apreciação dos Comitês.  
112 Aberto o regime de discussão, o primeiro inscrito foi o diretor-geral do *Campus* Sertão, Odair José  
113 Spenthof, que parabenizou a iniciativa da proposta e pela apresentação primeiramente no CD, mas  
114 informou que não estava seguro para aprovação nesse momento, e que precisava consultar a sua  
115 equipe no *campus* sobre a proposição, embora preservado o orçamento. O diretor-geral do  
116 *Campus* Caxias do Sul, Jeferson Luiz Fachinetto, observou importante definir alguns projetos que  
117 sejam prioritários no *campus* e manter um percentual para os projetos universais, o que achou

118 muito bom na proposta. Questionou se seria feita uma separação dos recursos antes do rateio no  
119 *campus*, e ressaltou a importância da gestão pelo *campus* dos projetos prioritários. A professora  
120 Tatiana Weber esclareceu que quanto a gestão orçamentária a proposta não mudaria nada, pois a  
121 proposição seria de que apenas a submissão e o ranqueamento dos projetos seja feito nesse edital  
122 único. Assim, disse que a seleção dos bolsistas, o empenho e o pagamento seguem como sempre  
123 tem sido feito, e não haveria nenhuma transferência de orçamento. Quanto a parte de  
124 investimento, esclareceu que fica com a gestão do *campus* e não haverá nenhuma retenção. O  
125 professor Giroto também esclareceu que não há retenção de orçamento, e caso o *campus* não  
126 tenha proposta suficiente para demandar o recurso que foi destinado para o edital de  
127 ranqueamento unificado, o *campus* continuará com o seu orçamento e poderá usá-lo para outra  
128 iniciativa. Referente aos editais de bolsistas, o pró-reitor ainda esclareceu que estes seguem  
129 normalmente, mas passará a ter um único edital. E quanto aos projetos prioritários, explicou que a  
130 proposta abre a possibilidade de o *campus* definir as suas próprias prioridades. Também ponderou  
131 que a proposta tira essa responsabilidade do *campus* de gestão e traz para uma questão unificada  
132 do instituto como um todo. O diretor-geral do *Campus* Feliz, Marcelo Lima Calixto, saudou a todos  
133 pelo Dia do Professor, parabenizou a proposta, a iniciativa e o respeito aos dirigentes, mas disse  
134 que também gostaria de consultar a sua comunidade. Assim, da mesma forma que o diretor Odair,  
135 sugeriu o encaminhamento para os Comitês, e após isso poderia dar uma posição do seu *campus*.  
136 O diretor-geral do *Campus* Restinga, Rudinei Müller, parabenizou a proposta apresentada e disse  
137 que também gostaria de consultar o seu pessoal diretamente envolvido nesse processo. Todavia,  
138 apresentava a sua posição favorável, e ressaltou a importância desses processos de unidade. O  
139 diretor-geral do *Campus* Farroupilha, Leandro Lumbieri, parabenizou a proposta e ressaltou que  
140 ela aponta para a otimização dos nossos processos e por isso se posicionava favoravelmente.  
141 Também concordou com os dirigentes que lhe antecederam de que gostaria de levar para análise  
142 da sua equipe de gestão. A diretor-geral do *Campus* Canoas, Patrícia Nogueira Hübler, saudou a  
143 todos pelo dia, parabenizou a proposta pela unificação das normativas, documentos e submissões.  
144 Observou também importante uma discussão mais ampliada, mas lembrou que pelo tempo exíguo  
145 para operacionalização já para 2022, entendia e solicitava que a discussão fosse feita da forma  
146 mais célere possível. A diretora-geral do *Campus* Osório, Flávia Santos Twardowski Pinto, disse  
147 que achava excelente a proposta, principalmente em relação a unificação que sempre tem sido  
148 solicitada nos nossos projetos e apontou também o seu voto favorável. Observou que apenas os

149 prazos poderiam ser discutidos, mas quanto a proposta, disse estar totalmente de acordo com as  
150 nossas discussões de unidade. O diretor-geral do *Campus* Alvorada, Fábio Azambuja Marçal,  
151 também saudou os professores e professoras, e reforçou a busca pelo equilíbrio do debate  
152 necessário com o pragmatismo da gestão devido aos prazos, e a necessidade de publicação dos  
153 nossos editais. Observou que em algumas situações o debate democrático possa funcionar como  
154 freio para as nossas ações. Se associou a proposta por achar imprescindível que todos os *campi*  
155 consigam dar conta dos seus projetos de pesquisa, ensino e extensão que são muito importantes  
156 para os nossos estudantes. Apresentou o seu voto favorável, considerando a agilidade,  
157 pragmatismo, e o espaço democrático. O diretor-geral do *Campus* Rio Grande, Alexandre Jesus da  
158 Silva Machado, elogiou a ideia de unificação e a proposta pensada no coletivo, apontou o seu voto  
159 favorável e por uma aprovação inicial já no CD. O diretor-geral do *Campus* Bento Gonçalves,  
160 Rodrigo Otávio Câmara Monteiro, observou a evolução da questão com a proposta, o avanço da  
161 questão, a unificação dos processos, e a relação com controle de riscos. Corroborou com o  
162 professor Fábio Marçal, e apontou pelo equilíbrio do encaminhamento em função dos prazos. O  
163 representante do diretor-geral do *Campus* Viamão, Alexander Ferreira, parabenizou a proposta no  
164 sentido de envolver diversos setores e otimizar as ações e o tema. Questionou se o percentual da  
165 proposta poderia variar quanto ao Plano de Ação, e como seriam feitos esses valores percentuais.  
166 O pró-reitor Eduardo Giroto falou a possibilidade de não haver mais editais complementares para  
167 seleção de projetos, e sim, somente editais complementares para definição de prioridades do  
168 *campus* se for o caso, mas não teriam mais editais complementares do *campus* para seleção de  
169 projetos, e esta seria a proposta. Observou que *campus* terá a possibilidade de definir as suas  
170 prioridades. Encerradas as discussões, o reitor fez o seguinte encaminhamento: os pró-reitores de  
171 Ensino, Pesquisa e Extensão apresentam a proposta até o final do mês de outubro (30/10) para os  
172 Comitês de Ensino, Pesquisa e Extensão, e após, os dirigentes trarão, na primeira reunião do  
173 Colégio de Dirigentes de novembro, a posição do seu *campus* para deliberação no CD do IFRS. O  
174 reitor ressaltou importante haver uma votação para aprovação ou não do tema entre os dirigentes,  
175 e também, solicitou que os diretores-gerais conversassem com os três finalísticos, e que fizessem  
176 os encaminhamentos nos seus *campi*. Não havendo objeções, o encaminhamento do reitor foi  
177 aprovado por unanimidade. **3. Avaliação de cenário da Pandemia Covid-19; e 4. Informes das pró-**  
178 **reitorias e DGP.** O professor Amilton de Moura Figueiredo, pró-reitor de Desenvolvimento  
179 Institucional, disse que faria a apresentação do tema e análise da conjuntura atual da pandemia e

180 de como estavam as conduções dos trabalhos do Comitê Central de Enfrentamento da Covid-19.  
181 Ele registrou a presença dos servidores Andrew Chaves Feitosa da Silva, médico, e Melina Bolfe,  
182 técnica de segurança do trabalho, ambos da Reitoria. Antes da apresentação, o reitor Júlio  
183 registrou a movimentação da instituição quanto ao retorno das atividades administrativas  
184 presenciais no início de outubro, e o retorno das atividades de ensino dos *Campi* Farroupilha e  
185 Bento Gonçalves, e informou também o pedido de retorno das atividades de ensino do *Campus*  
186 Avançado Veranópolis no Consup. Ele também registrou a recente publicação da Lei 14.218, de 13  
187 de outubro de 2021, que altera a Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que dispõe sobre a  
188 validade das normas educacionais a serem adotadas enquanto perdurarem a crise sanitária; e  
189 explicou que essa nova lei explicita uma data ao dispor que as normas de exceção vigorarão até o  
190 encerramento do ano letivo de 2021. Informou que devido a lei ser muito recente, o próprio CNE  
191 (Conselho Nacional de Educação) ainda está analisando as suas implicações, mas ressaltou estar  
192 claro que a lei pretende dar um fim ao período de exceção. Na sequência, agradeceu os trabalhos  
193 do Comitê Central e convidou ao professor Amilton para fazer a explanação do assunto. O pró-  
194 reitor Amilton, primeiramente, elogiou os processos dos *Campi* Farroupilha, Bento Gonçalves e  
195 Veranópolis, e disse, que diante da proximidade do retorno acharam necessário apresentar a todos  
196 um panorama atual e reforçar os procedimentos para que o retorno seja seguro. Anunciou que as  
197 recomendações estavam descritas no nosso Plano de Contingência do IFRS, mas salientou a  
198 importância de termos um roteiro para a retomada, e apresentou as “Observações para que o  
199 retorno seja seguro”, a saber: atender os dispostos no Plano de Contingência do IFRS para  
200 Prevenção, Monitoramento e Controle da Covid-19 e Protocolo para o uso dos laboratórios do IFRS  
201 durante a pandemia de Covid-19; observar as indicações dispostas na Análise dos Ambientes  
202 Críticos do IFRS e nas Recomendações para a avaliação da realização de atividades presenciais nas  
203 Unidades do IFRS (revisão); planejar a partir das recomendações da Resolução CONSUP nº 15/21,  
204 considerando o término de sua vigência (Lei nº 14.040/14.218). O professor Amilton observou que  
205 para o ano de 2022 não teremos mais a exceção e o respaldo para trabalhar remotamente, e  
206 assim, ressaltou que precisamos planejar a retomada, pois as recomendações tanto de modo  
207 híbrido como presencial permanecem as mesmas e precisam ser seguidas. Em seguida, apresentou  
208 mais algumas recomendações: observar as portarias governamentais e institucionais,  
209 especialmente a INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEDGG/ME Nº 90, DE 28 DE SETEMBRO DE 2021,  
210 Portaria nº 376, de 31 de agosto de 2021 (revisão); unir esforços institucionais sobre três ações

211 especiais - USO DE MÁSCARA, VENTILAÇÃO E DISTANCIAMENTO; empenho na campanha da  
212 vacinação, oferecendo o espaço do *campus* para vacinação dos adolescentes e população geral.  
213 Ressaltou a importância das ações apresentadas com a comunidade externa. O professor Amilton  
214 também ressaltou as principais atribuições da Comissões Locais e pediu aos dirigentes a  
215 intensificação desse trabalho das comissões, e colocou o pessoal da saúde da Reitoria do IFRS a  
216 disposição para colaborar e dirimir quaisquer dúvidas dos colegas que estão realizando essa tarefa.  
217 Ele também ressaltou a importância de preparar a comunidade interna e externa para o retorno, e  
218 apresentou ações locais que deverão ser feitas pelo Comitês Locais de Enfrentamento da Covid-19  
219 antes do retorno, a saber: as Comissões locais deverão promover atividades de diálogo (eventos  
220 virtuais, aplicação de pesquisa de forma eletrônica e outras) com servidores, estudantes e  
221 terceirizados, buscando repassar informações e ouvir sugestões, dúvidas e angústias em relação ao  
222 retorno presencial das atividades; os objetivos principais dessas ações são destacar os cuidados  
223 necessários para evitar o contágio por Covid-19, ressaltar os procedimentos necessários para a  
224 maior segurança nas unidades do IFRS quando do retorno às atividades presenciais, dar amplo  
225 conhecimento do Plano de Contingência e da importância do cuidado coletivo para que as  
226 unidades sejam ambientes seguros. Em seguida, apresentou as atribuições das Comissões Locais a  
227 partir do retorno às atividades presenciais, a saber: as Comissões locais deverão manter  
228 comunicação ativa nos canais oficiais da instituição (e-mails institucionais, portais, sites) como  
229 forma de consolidar as orientações, informar eventuais alterações, acolher e esclarecer dúvidas da  
230 comunidade e reforçar permanentemente as orientações de prevenção do contágio por Covid-19;  
231 as Comissões locais deverão promover diálogos de segurança para a comunidade interna, além de  
232 campanhas com o objetivo de sensibilização e responsabilização, destacando a importância do  
233 cuidado coletivo e reforçando a necessidade de todos serem responsáveis pelas medidas de  
234 prevenção e higienização para o IFRS garantir ambientes seguros; as campanhas devem divulgar  
235 também orientações para que o público que circula pelas unidades **não vá presencialmente** ao  
236 IFRS se tiver sintoma gripal, risco, suspeita ou confirmação de caso positivo da Covid-19 em si ou  
237 pessoas de seu convívio próximo, bem como informe à Assistência Estudantil (para o caso de  
238 estudantes) ou ao setor de saúde (para servidores) nas unidades que possuírem, ou Comissão  
239 Local; adotar os procedimentos previstos no Plano de Contingência em relação aos casos suspeitos,  
240 confirmados e seus contatantes, e **conhecer as estratégias de cada município para casos**  
241 **confirmados, suspeitos ou contatantes**. Nesse momento, o professor Amilton ressaltou a



242 importância de a comissão ter contato com os órgãos municipais de saúde e os seus  
243 procedimentos, e principalmente os que são adotados quando há um caso da doença na  
244 comunidade. E ainda apresentou “O que deve orientar o planejamento do retorno?”, a saber:  
245 acompanhamento permanentemente o Sistema de Monitoramento 3 As (Aviso, Alerta e Ação), e  
246 no caso de acionamento do estágio de Alerta, é necessária a adoção dos protocolos indicados no  
247 Plano de Ação adotado pelo município ou região; acompanhamento da curva epidemiológica dos  
248 municípios ou região (a incidência de Covid-19 em cada município); a Comissão local deve instituir  
249 a busca ativa dos casos suspeitos, confirmados e contatantes, comunicar os casos ao COE  
250 Municipal e à Vigilância em Saúde do Município (Item 7 do Plano); verificação dos índices de  
251 cobertura vacinal; adoção de todos os cuidados indicados no Plano de Contingência; as orientações  
252 serão atualizadas a partir dos pressupostos acima. Ao final da exposição, o professor Amilton  
253 convidou o diretor de Gestão de Pessoas, Marc Emerim, para relatar as mudanças que deverão  
254 ocorrer com a publicação da INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEDGG/ME Nº 90, DE 28 DE SETEMBRO  
255 DE 2021, que estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da  
256 Administração Pública Federal - SIPEC para o retorno gradual e seguro ao trabalho presencial. O  
257 diretor Marc Emerim informou que a nova normativa trouxe poucas novidades, mas de importante  
258 foi a redução do rol das possibilidades de situações de autodeclaração dos servidores. Relatou as  
259 quatro principais alterações, a saber: mudança em relação aos percentuais dos espaços físicos e  
260 que deixa de constar o percentual de trinta por cento; uso de transporte público deixa de fazer  
261 parte do rol de autodeclarações como uma forma de permanecer no trabalho remoto; mesmo as  
262 pessoas em condições de permanecer em trabalho remoto e que tenham comorbidades poderão  
263 retornar presencial mediante autodeclaração de riscos (apontou o aspecto delicado desta  
264 mudança, mas uma segurança de responsabilidade para os dirigentes); e ressaltou ser um ato  
265 vinculado e que já pode ser aplicado, embora há um tempo para os ajustes internos da instituição.  
266 O diretor Marc Emerim lembrou ainda de ser esse o primeiro momento de volta, e sugeriu que  
267 fosse feito um trabalho por etapas, e assim, que fossem feitas as devidas avaliações para iniciar a  
268 aplicação da normativa nº 90. O diretor Odair Spenthof questionou sobre a aferição da  
269 temperatura e de haver algo além da vacina para o retorno dos servidores; e relatou setores no  
270 seu *campus* com todos os servidores autodeclarados e que inviabilizam um retorno totalmente  
271 presencial. O médico Andrew Chaves Feitosa da Silva esclareceu que a utilização da medição da  
272 temperatura é de eficácia muito questionável, e que existem outras formas mais eficientes de

273 controle, ponderou que no início pensava-se muito em aeroportos. Referente as questões de não  
274 retorno dos servidores com vacinação completa e com situações previstas com autodeclaração,  
275 referida pelo diretor Odair, o diretor Marc informou que estas são determinações do Ministério da  
276 Economia, e como normativa, cabe a instituição apenas o seu cumprimento. Esclareceu que os  
277 servidores têm a prerrogativa de se autodeclararem nas condições que estão previstas na norma, e  
278 considerando a fé pública do servidor. O diretor-geral do *Campus* Vacaria, Gilberto Luiz Putti,  
279 observou não haver uma segurança quanto a previsão desse retorno em dezembro e os  
280 procedimentos, questionou se cada *campus* teria que fazer a sua solicitação de retorno para 2022.  
281 O pró-reitor Amilton respondeu dizendo que o entendimento é de que com a mudança da Lei nº  
282 14.040, a Resolução Consup nº 015/2021 perde a sua vigência. E observou que com a vinculação  
283 da lei ao decreto de calamidade pública, refere-se somente para o calendário acadêmico 2021,  
284 embora haja uma divergência com o parecer do CNE e que deverá haver algum desdobramento  
285 nos próximos dias. Assim, disse, que para o calendário acadêmico 2022 teríamos uma situação  
286 nova com a publicação da Lei nº 14.218, de treze de outubro, e que para o próximo ano já  
287 precisamos pensar o retorno totalmente presencial. A pró-reitora adjunta de Ensino, Larissa  
288 Brandelli Bucco, esclareceu o entendimento do Coen pela vigência da Resolução Consup nº  
289 015/2021 enquanto durasse o estado de pandemia. Todavia, elucidou, que com a recente  
290 publicação da Lei nº 14.218, e alteração da Lei nº 14.040, a validade das normas educacionais a  
291 serem adotadas, em caráter excepcional, enquanto perdurarem a crise sanitária decorrente da  
292 pandemia da Covid-19 e suas consequências vigorarão até o encerramento do ano letivo de 2021,  
293 e as normas previstas na lei não se vincularão à vigência do Decreto Legislativo. Explicou que boa  
294 parte dos nossos calendários avançam ainda alguns meses do início do ano de 2022, mas ainda  
295 relativos ao ano letivo de 2021. Disse, que esse planejamento está preservado, mas na  
296 interpretação literal da lei, em 2022 todo o estado de exceção previsto para a Educação se  
297 encerraria e voltaríamos ao estágio pré-pandemia. Relatou que ela participou ontem da reunião do  
298 Fórum de Ensino e as orientações do CNE para 2022 ainda são anteriores a recente legislação  
299 publicada, e agora estão aguardando as novas orientações atualizadas do CNE do ponto de vista  
300 operacional. Contudo, observou que quanto a Resolução Consup nº 015/2021 essa questão está  
301 resolvida com a alteração da lei. O reitor Júlio explicou que o assunto também está sendo debatido  
302 pelo Conif, e observou que a lei traz um limite temporal muito importante, e que esse é um fato  
303 novo. Informou que discutiu a questão com o nosso procurador federal e que com a nova lei, todo

304 o nosso regramento de exceção deixa de valer para o ano letivo de 2022, em virtude da lei federal  
305 agora publicada, maior que qualquer parecer da CNE, regulamento institucional, ou outras  
306 recomendações. Ele pediu um pouco de calma para aguardarmos as novas recomendações do CNE,  
307 mas para efeitos de planejamento, os regramentos de exceção não estão mais vigentes para o ano  
308 letivo de 2022. O diretor-geral do *Campus* Caxias do Sul, Jeferson Fachinetto, questionou quanto a  
309 possibilidade de autodeclaração para terceirizados e professores substitutos. O diretor Marc  
310 Emerim esclareceu que esses colaboradores são regidos pela CLT (Consolidação das Leis do  
311 Trabalho), e por ser outro regime de trabalho, não teríamos esse controle. Todavia, o diretor  
312 solicitou prudência e cuidado, e conciliando com a segurança para todos, e assim, dentro do  
313 possível ir contornando as situações. O diretor-geral do *Campus* Bento Gonçalves, Rodrigo  
314 Monteiro, ressaltou o aprendizado das situações para todos e a importância das trocas de  
315 experiências entre as unidades. Relatou que referente aos indicadores, o monitoramento no seu  
316 *campus* está sendo feito semanalmente, e basicamente, verifica-se o andamento da vacinação; o  
317 índice de transmissão; a ocupação de UTIs; por último o número de óbitos. Questionou como fazer  
318 os registros das atividades no sistema dos servidores agora com a nova IN, e se já estavam sendo  
319 feitas algumas adequações. Também relatou que o *campus* já está planejando ações para quando  
320 retornarem todos os estudantes, pois entendem que se não houver um espírito de respeito e  
321 coletividade poderemos não dar conta das situações, mesmo com documentos muito bem  
322 elaborados como o nosso Plano de Contingência. O diretor Marc respondeu que sobre os registros  
323 no sistema, a DGP já está trabalhando no tema, e que haverá reunião do Comitê de Gestão de  
324 Pessoas para discutirem as novas questões, e que seria feito ofício circular em breve orientando a  
325 todos. O pró-reitor Amilton agradeceu a atenção de todos, reforçou a observação dos pontos, a  
326 importância do compromisso coletivo, e colocou-se à disposição para quaisquer esclarecimentos.  
327 O reitor Júlio agradeceu ao professor Amilton, aos servidores do Comitê Central, e ao diretor Marc  
328 por todo o trabalho realizado até aqui durante o estado de pandemia. Ressaltou o momento  
329 importante de protagonismo dos Comitês Locais para o retorno seguro da nossa instituição.  
330 Anunciou a visita do reitor aos *Campi* Bento Gonçalves e Farroupilha nos seus retornos presenciais.  
331 Não houve discussão para o item quatro da pauta. Às doze horas e dez minutos, o reitor Júlio  
332 Xandro Heck, agradeceu a presença de todos via webconferência, e declarou encerrada a sessão.  
333 Nada mais a ser tratado, eu, Cíntia Tavares Pires da Silva, lavrei a presente ata, que após lida e

334 aprovada será assinada por mim e pelo Colégio de Dirigentes. Bento Gonçalves, quinze de outubro  
335 de dois mil e vinte e um.

Cíntia Tavares Pires da Silva

Júlio Xandro Heck

Tatiana Weber

Amilton de Moura Figueiredo

Eduardo Giroto

Larissa Brandelli Bucco

Marlova Benedetti

Marc Emerim

Fábio Azambuja Marçal, *Campus Alvorada*

Rodrigo Otávio Câmara Monteiro, *Campus Bento Gonçalves*

Patrícia Nogueira Hübler, *Campus Canoas*

Jeferson Luiz Fachinetto, *Campus Caxias do Sul*

Eduardo Angonesi Predebon, *Campus Erechim*

Leandro Lumbieri, *Campus Farroupilha*

Marcelo Lima Calixto, *Campus Feliz*

Sandra Rejane Zorzo Peringer, *Campus Ibirubá*

Flávia Santos Twardowski Pinto, *Campus Osório*

Karin Tallini, *Campus Porto Alegre*

Rudinei Müller, *Campus Restinga*

Alexandre Jesus da Silva Machado, *Campus Rio Grande*

Cláudia Dias Zettermann, *Campus Rolante*

Odair José Spenthof, *Campus Sertão*

Gilberto Luiz Putti, *Campus Vacaria*

Daniel de Carli, *Campus Avançado de Veranópolis*

Alexander Ferreira, *Campus Viamão*